

**DECRETO Nº 24.411**

**APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA (SSP) Nº 01/2014, QUE DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO DE PACIENTES NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM,**  
Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica aprovada a Instrução Normativa do Sistema de Saúde Pública - SSP nº. 01/2014, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, que dispõe sobre os procedimentos de controle interno a serem observados no âmbito do Município de Cachoeiro de Itapemirim, que faz parte integrante deste Decreto.

**Art. 2º** Caberá à Secretaria Municipal de Saúde e à Controladoria Interna de Governo a divulgação da Instrução Normativa ora aprovada.

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim, 28 de março de 2014.

**CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS**  
**Prefeito Municipal**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA - SSP Nº. 01/2014**

**Versão:** 01

**Aprovação em:** 28/03/2014

**Ato de aprovação:** Decreto Executivo nº 24.411/2014

**Unidade responsável:** Secretaria Municipal de Saúde

**Instrução Normativa do Sistema de Saúde Pública****CAPÍTULO I**  
**DA FINALIDADE E ABRANGÊNCIA**

**Art. 1º** – Esta Instrução Normativa visa padronizar os procedimentos e rotinas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde para o serviço de transporte sanitário no Município de Cachoeiro de Itapemirim

**Art. 2º** – Esta Instrução Normativa abrange as atividades de todas as unidades de saúde vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim, bem como as atividades administrativas necessárias à manutenção dos serviços prestados.

**CAPÍTULO II**  
**DOS CONCEITOS**

**Art. 3º** – Para fins desta Instrução Normativa adotam-se os seguintes conceitos:

I – Transporte Sanitário: serviço de remoção usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) que moram em Cachoeiro de Itapemirim, acamados e/ou debilitados e impossibilitados de serem removidos em transporte comum e que necessitem de realizar procedimentos como hemodiálise, quimioterapia, radioterapia, fisioterapia, consultas e exames especializados e revisão de cirurgia;

II – Acamado: pessoa impossibilitada ou com limitações para deambular;

III – Urgência: ocorrência imprevista, de agravo à saúde com ou sem risco potencial, cujo portador necessita de assistência médica imediata.

**Art. 4º** – O transporte sanitário compreende as seguintes modalidades:

I – Transporte Básico de Urgência: atendimento de simples remoção em situação que requeira assistência rápida, no menor tempo possível, a fim de evitar complicações e sofrimento, porém, sem risco de vida;

II – Transporte ambulatorial intra e intermunicipal: transporte do paciente que necessita atendimento ambulatorial básico e/ou especializado dentro ou fora da territorialidade do município, mediante solicitação médica;

III – Transporte para tratamento especializado: transporte dispensado ao paciente que necessita de tratamento especializado complementar, ofertados em Unidades localizadas dentro ou fora do município, compreendendo os serviços de hemodiálise, quimioterapia, radioterapia e outros correlatos, mediante solicitação médica.

**Parágrafo único.** O transporte inter-hospitalar não faz parte das atribuições da Secretaria Municipal de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim.

### **CAPÍTULO III DA BASE LEGAL E REGULAMENTAR**

**Art. 5º** – As orientações contidas nesta Instrução Normativa obedecem aos seguintes dispositivos estabelecidos nas legislações e normas de controle:

I – Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988;

II – Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;

III – Portaria GM/MS nº 2048, de 05 de novembro de 2002;

IV – Portaria GM/MS nº 2616, de 12 de maio de 1998.

### **CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES:**

#### **Seção I**

#### **Do Órgão Central do Sistema Administrativo (Secretaria Municipal de Saúde)**

**Art. 6º** – São responsabilidades do Órgão Central do Sistema Administrativo:

I – Prestação dos serviços de saúde que estejam no âmbito da responsabilidade do Município de Cachoeiro de Itapemirim, nos limites pactuados com os órgãos Federais e Estaduais, compreendendo a atenção básica, farmacêutica, diagnóstico terapêutico e odontológico, assim como a prestação de serviços visando à assistência especializada e hospitalar;

II – Aplicação dos programas de saúde federal e estadual com o propósito de atenção integral ao cidadão e a sua família, de forma descentralizada e regionalizada;

III – Aplicação dos programas complementares de saúde pactuados com os órgãos federais e estaduais, assim como a aplicação de programas específicos delineados no âmbito municipal;

IV – Prestação dos serviços de vigilância sanitária e epidemiológica, executando as fiscalizações necessárias e exercitando o poder de polícia administrativa quando couber, nos limites de atuação e responsabilidades pactuadas com os órgãos federais e municipais;

V – Administração dos serviços relativos à saúde pública municipal nos termos e nas condições pactuadas no convênio de municipalização da saúde;

VI – Realização das atividades de administração de recursos humanos do pessoal da saúde pública municipal, em conjunto com a Secretaria Municipal centralizadora e coordenadora do assunto.

**Seção II**  
**Da Unidade Central do Controle Interno (UCCI)**

**Art. 7º** – São responsabilidades da Unidade Central de Controle Interno:

I – Fiscalizar, por meio de auditorias, o cumprimento das normas e procedimentos estabelecidos nesta IN;

II – Promover discussões técnicas visando à atualização do conteúdo constante nesta IN;

III – Atuar, em conjunto com a unidade responsável por esta IN na divulgação dos procedimentos ora aprovados.

**CAPÍTULO V**  
**DOS PROCEDIMENTOS**

**Seção I**  
**Do Transporte de Pacientes**

**Art. 8º** – Para a realização de transporte de pacientes deverão ser observados os seguintes procedimentos:

I – O transporte de pacientes na área de saúde pode ser realizado por ambulâncias ou outros veículos autorizados;

II – A definição do tipo transporte ocorrerá levando em consideração a natureza do atendimento a ser realizado, o quadro clínico do paciente ou recomendação médica, sendo sua efetivação de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde.

**Seção II**  
**Do Agendamento e Transporte de Pacientes**

**Art. 9º** – São procedimentos a serem seguidos no agendamento e transporte de pacientes:

I – Caberá a Gerência de Transportes a responsabilidade pelo deslocamento do paciente, previamente agendado para realizar consultas ou procedimentos do SUS, até a localidade do atendimento;

II – O transporte será garantido exclusivamente aos pacientes do SUS para realização de exames, consultas, cirurgias e tratamentos especializados devidamente agendados pela Gerência de Transportes, não sendo de sua responsabilidade garantir o transporte a pacientes que busquem atendimento em clínicas particulares;

III – O transporte será garantido ainda aos pacientes do Município de Cachoeiro de Itapemirim que realizam tratamento de hemodiálise, quimioterapia e radioterapia;

IV – Será permitido apenas 01 (um) acompanhante por paciente. O acompanhante deverá ser adulto entre 18 e 60 anos;

V – O paciente terá acompanhante nas seguintes hipóteses:

a) ser idoso, com idade igual ou superior a 60 anos;

b) ter idade inferior a 18 anos;

c) ser portador de deficiência;

d) na realização de exame que requeira sedação;

e) Quando seu agendamento for para intervenção cirúrgica;

f) Mediante atestado emitido por profissional habilitado justificando a necessidade de acompanhante.

VI – O embarque dos pacientes será informado em horário definido pelo setor de agendamento;

VII – Os pacientes não poderão transportar volumes, malas ou similares, salvo quando o tipo do atendimento exigir, a exemplo dos procedimentos cirúrgicos que dependem de pernoitar;

VIII – É proibido o embarque de pacientes que não estejam previamente agendados em lista emitida pela Gerência de Transportes e que não possuam encaminhamento justificando o atendimento;

IX – A liberação dos veículos de transporte coletivo (ônibus, micro-ônibus e vans) somente ocorrerá após conferência nominal dos usuários relacionados na planilha de controle de viagem. No ato na conferência serão confirmadas as seguintes informações:

- a) Nome completo do paciente;
- b) Telefone de contato;
- c) Tipo de atendimento que irá realizar;
- d) Documento comprobatório de encaminhamento para o atendimento;
- e) Local e horário do atendimento.

### **Seção III Do Tipo de Atendimento**

#### **Subseção I Do Atendimento Intermunicipal**

**Art. 10** – Para realização do agendamento e transporte sanitário intermunicipal a Gerência de Transporte observará a seguinte rotina:

I – Verifica demanda e providencia o agendamento.

II – Confere dados do paciente. Em caso de agendamento presencial registra o agendamento e entrega ao usuário cartão com o telefone de contato do setor, data da viagem, horário e local de embarque.

III – Em caso de agendamento através dos hospitais ou Superintendência Regional de Saúde-SRSCI, recebe a planilha preenchida, com no mínimo de 48 horas de antecedência;

IV – Providencia agendamento e entra em contato com os pacientes para confirmação da data da viagem, horário e local de embarque;

V – Define:

a) Pontos de embarque de acordo com os hospitais destino.

b) Veículo e agrupamento de pacientes de acordo com o local e condutor conforme escala previamente estabelecida;

VI – Elabora memorando solicitando diária para o condutor e abastecimento do veículo.

VII – Providencia abastecimento;

VIII – Realiza a viagem, conforme agendamento.

#### **Subseção II Da Rota de Hemodiálise, Quimioterapia e Radioterapia**

**Art. 11** – Para realização do agendamento e transporte sanitário Rota de Hemodiálise, Quimioterapia e Radioterapia a Gerência de Transporte observará a seguinte rotina:

I – Hospitais encaminham solicitação de agendamento;

II – Verifica existência de vaga. Caso não tenha fica registrado no pré-agendamento e assim que houver disponibilidade entra em contato com o paciente;

III – Define:

a) Local e hora para atender paciente;

b) Veículo, agrupamento de pacientes de acordo com a região e o hospital de referência;

c) Condutor de acordo com escala previamente estabelecida,

IV – Providencia abastecimento;

V – Realiza o transporte, conforme agendamento.

### **Subseção III Do Atendimento a Pacientes Acamados**

**Art. 12** – Para realização do agendamento e transporte sanitário de pacientes acamados a Gerência de Transporte observará a seguinte rotina:

I – Verifica disponibilidade após contato do paciente ou responsável;

II – Agenda o veículo com intervalo mínimo de uma hora e trinta minutos entre os atendimentos;

III – Define:

a) Local e hora para atender paciente;

b) Veículo e condutor de acordo com escala previamente estabelecida.

IV – Realiza o transporte, conforme agendamento.

### **Subseção IV Do Atendimento de Alta Hospitalar Fora do Município**

**Art. 13** – Para realização do agendamento e transporte sanitário de pacientes com alta hospitalar fora do Município a Gerência de Transporte observará a seguinte rotina:

I – Recebe do Hospital solicitação de remoção do paciente que recebeu alta;

II – Solicita dados obrigatórios:

a) Identificação do paciente;

b) Endereço residencial;

c) Dados clínicos.

III – Define:

a) tipo de veículo de acordo com a recomendação médica e quadro clínico do paciente;

b) condutor com o seguinte perfil:

b.1) Ter habilidade;

b.2) Treinamento urgência e emergência;

b.3) Observar condição do paciente;

b.4) Conduzir de formar compatível com o atendimento.

IV – Realiza a remoção.

**Parágrafo único.** O agendamento de que trata o caput do artigo refere-se aos pacientes transportados anteriormente pela Secretaria Municipal de Saúde para realização de cirurgia.

### **Subseção V Do Atendimento de Urgência**

**Art. 14** – Para realização do transporte sanitário de pacientes de urgência a Gerência de Transporte observará a seguinte rotina:

I – Recebe solicitação de atendimento através dos telefones previamente informados e divulgados nas de unidades de saúde, hospitais, corpo de bombeiro, CIODS e internet.

II – Registra solicitação e coleta informações do atendimento com no mínimo

a) Identificação do paciente;

b) Endereço da ocorrência;

c) Dados do solicitante;

d) Histórico de saúde;

e) Dados e resultados da ocorrência;

III – Define veículo e condutor de acordo com tipo de ocorrência;

IV – Realiza o atendimento.

### **Subseção VI Do Atendimento em Eventos Públicos**

**Art. 15** – Para realização do atendimento em eventos públicos a Gerência de Transporte observará a seguinte rotina:

I – Recebe solicitação e analisa a viabilidade de acordo com a recomendação administrativa nº 006/2010 do ministério público, na qual determina que Secretaria de Saúde somente poderá utilizar seus veículos para diligências e atos destinados à realização de eventos com finalidade pública.

II – Encaminha expediente ao gabinete do Secretário para deliberação do pedido;

III – Caso seja autorizado, define veículo e condutor;

IV – Realiza o atendimento.

### **Seção IV Do Tipo de Veículo para Transporte de Pacientes**

**Art. 16** – Para fins de transporte de pacientes serão utilizados os seguintes tipos de veículos, observada a natureza, complexidade e condições de saúde de cada grupo de pacientes para definir o tipo veículo a ser utilizado:

I – Ambulância Tipo A: veículo destinado ao transporte em decúbito horizontal de pacientes que não apresentam risco de morte, para remoção simples e de caráter eletivo;

II – Veículo leve: utilitário destinado ao transporte de pacientes que não necessitam de deslocamento em decúbito horizontal;

III – Veículo de transporte de passageiros: o transporte a ser efetuado em veículos como ônibus, micro-ônibus e vans, desde que estejam em condições de viajarem sentados. Estes veículos devem possuir cintos de segurança para todos os usuários.

§ 1º. Os veículos ambulância são de uso exclusivo para o transporte sanitário de pacientes, ficando vedada sua utilização para outras finalidades.

§ 2º. Durante a utilização dos veículos leves e de passageiros para o transporte sanitário de pacientes não será permitida transportar qualquer tipo de produto ou material.

## **Seção V**

### **Da Manutenção dos Veículos**

**Art. 17** – Na manutenção dos veículos utilizados no transporte de pacientes deverão ser observados os seguintes procedimentos:

I – Os veículos de transporte de pacientes devem ser mantidos em bom estado de conservação, limpeza e em condições de operação;

II – É obrigatório fazer a verificação dos veículos de transporte de pacientes antes de qualquer viagem;

III – É obrigatória manutenção preventiva mensal dos veículos que realizam o transporte dos pacientes para avaliação das condições gerais de funcionamento;

IV – É obrigatória a desinfecção do veículo após o transporte de pacientes portadores de moléstia infectocontagiosa, antes de sua próxima utilização, de acordo com a Portaria MS nº. 2616/1998 e Portaria MS 2048/2002.

## **Seção VI**

### **Da Responsabilidade do Motorista**

**Art. 18** – São responsabilidades e deveres do motorista atuante no transporte de pacientes:

I – Não ingerir nenhuma bebida alcoólica, quando estiver em serviço, ou assumir a direção do veículo se apresentar estado de embriaguez;

II – Conduzir, com segurança, o veículo obedecendo-se, quando em deslocamento, as regras de trânsito previstas no Código Nacional de Trânsito vigente. Quando em atendimento de emergência, adotará todas as precauções quanto à própria segurança da equipe, paciente e acompanhantes, pedestres e outros veículos;

III – Efetuar, antes do início da viagem, inspeção geral, quanto ao que segue;

a) Documentação do veículo;

b) Existência e funcionamento dos equipamentos de porte obrigatório: extintor, sinalizador, macaco e chave de rodas;

c) Níveis de óleos água e combustível;

d) Funcionamento de freios;

e) Sistemas elétricos, luminosos e sonoros;

f) Tensão da correia do motor;

g) Estado geral da bateria;

h) Marcador de temperatura do motor;

i) Possíveis vazamentos;

j) Presença de fumaça anormal no sistema de escapamento;

- k) Fixação e estado do escapamento;
- l) Ruídos anormais;
- m) Eventuais peças soltas em geral;
- n) Fixação e estado dos pára-choques;
- o) Funcionamento dos limpadores de pára-brisa;
- p) Calibragem e estado de conservação dos pneus e estepe;
- q) Arranhões e amassados na cabine e carroceria;
- r) Limpeza geral externa;
- s) Ajuste do banco e cinto de segurança;
- t) Ajustes dos espelhos retrovisores.

IV – Solicitar os reparos necessários ou substituição de peças ao setor competente;

V – Quando em deslocamento, utilizar o cinto de segurança e exigir a utilização correta do cinto de segurança aos pacientes e acompanhantes;

VI – Obedecer às regras para uso de sirene como segue:

a) Acioná-la, quando em deslocamento para o atendimento de emergência, com o intuito de alertar outros condutores e de forma a garantir maior fluidez no trânsito, aguardando-se que o condutor à frente lhe ceda a passagem; respeitar-se-á as regras de segurança previstas no item 1;

b) Nos semáforos de cruzamento em vias movimentadas, estando a fluidez do trânsito prejudicada por sinal vermelho, desligar-se-á a sirene, voltando a acionar quando da abertura do semáforo (sinal verde);

c) Quando o uso da sirene for prejudicial ao paciente, acionar quando absolutamente indispensável;

d) Em qualquer situação observar distância segura dos veículos que se desloquem à frente e nas laterais, evitando provocar ou dar causas a acidentes.

VII – Agilizar, providenciar ou orientar pacientes e acompanhantes nos locais de destino ou origem, sobre o fluxo da viagem: horário de saída, deslocamentos que serão realizados e horário de retorno.

VIII – Antes do início do transporte deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) Apresentar-se aos passageiros;

b) Informar itinerário, tempo estimado de viagem, sequência dos locais destino e horário previsto para o retorno;

c) Colocar-se à disposição para esclarecer dúvidas.

IX – Não entregar a direção do veículo sob sua responsabilidade a terceiros;

X – Não conduzir pessoas estranhas, bem como servidores, sem prévia autorização da autoridade superior;

XI – Não fumar no interior do veículo;

XII – Não estacionar o veículo em local inadequado;

XIII – Manter o veículo em boas condições de higiene interna e externo;



XIV – Não fazer alteração do roteiro proposto, exceto por defeitos mecânicos, mediante autorização da gerência de transportes ou em virtude de alguma intercorrência com os pacientes;

XV – Preencher o Boletim Diário de Trafego (BDT);

XVI – Responsabilizar-se, após comprovação, pelas infrações de trânsito cometidas no período em que o veículo estiver sob seus cuidados.

### **Seção VII**

#### **Da Responsabilidade do Setor de Transporte de Pacientes**

**Art. 19** – São responsabilidades do Setor de Transporte de Pacientes:

I – Controlar as viagens para transporte de pacientes, mantendo em seus arquivos relatórios e documentos de comprovação de viagens;

II – Controle junto a Gerência de Recursos Humanos, a fim evitar acúmulo de férias de motoristas das ambulâncias e outros veículos de transporte de pacientes;

III – Providenciar diárias e suprimentos de fundos para despesas de viagens dos motoristas;

IV – Manter disponível e visível à escala de serviços dos motoristas;

V – Responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos e realizar inspeção geral programada para verificação dos equipamentos, acessórios de segurança, condições mecânica, elétrica e documentação.

### **CAPÍTULO VI**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 20** – O uso indevido dos veículos fora do serviço é passível de punição por decisão, após procedimento administrativo.

**Art. 21** – O motorista passa a ser o responsável pelo veículo quando assume como condutor.

**Art. 22** – Nos casos de manutenção e reparos os responsáveis pelo veículo deverão acompanhar os procedimentos realizados e anotar no Boletim Diário de Trafego do veículo.

**Art. 23** – No final do expediente de trabalho, ambulâncias e veículos de transporte de pacientes que não estiverem em viagem, deverão ser recolhidos em local previamente determinado para controle de tráfego.

**Art. 24** – O descumprimento dos procedimentos previstos nesta Instrução Normativa definidos ensejará na instauração de Processo Administrativo para apuração da responsabilidade.

Cachoeiro de Itapemirim, 28 de março de 2014.

**EDISON VALENTIM FASSARELLA**  
**Secretário Municipal de Saúde**

**FERNANDO SANTOS MOURA**  
**Controlador Interno de Governo**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim.